

Cada um dos itens da prova objetiva está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na folha de respostas, para cada item: o campo designado com o **código C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o **código E**, caso julgue o item **ERRADO**.

A marcação de acordo com o gabarito valerá **pontuação positiva**. A marcação em desacordo com o gabarito valerá **pontuação negativa**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a folha de respostas, único documento válido para a correção da sua prova objetiva.

PROVA OBJETIVA

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto para os itens de 1 a 18.

O conceito de racismo, criado no início do século XX, já foi objeto de diversas leituras e interpretações. Ainda hoje, as várias definições de racismo nem sempre dizem a mesma coisa, nem sempre têm um denominador comum. Quando utilizamos esse conceito em nosso cotidiano, não lhe atribuímos os mesmos conteúdo e significado, daí nossa falta de consenso também na busca de soluções contra o racismo.

Por razões lógicas e ideológicas, o racismo é geralmente abordado com base na raça, dentro da extrema variedade das possíveis relações existentes entre as duas noções. Com efeito, com base nas relações entre “raça” e “racismo”, o racismo seria teoricamente uma ideologia essencialista que postula a divisão da humanidade em grandes grupos chamados raças, cada qual com características físicas hereditárias comuns, que serviriam de suporte para as características psicológicas, morais, intelectuais e estéticas de cada grupo, e, quando comparadas às características de outras raças, se situariam em uma escala desigual de valores.

Visto desse ponto de vista, o racismo é uma crença na existência de raças naturalmente hierarquizadas pela relação intrínseca entre o físico e o moral, o físico e o intelecto, o físico e o cultural. O racista cria a raça no sentido sociológico, ou seja, a raça, no imaginário do racista, não remete exclusivamente a um grupo definido por seus traços físicos. A raça, para um indivíduo racista, reúne pessoas em um grupo social com traços culturais, linguísticos, religiosos, etc. que ele considera naturalmente inferiores aos do grupo ao qual pertence. Dito de outro modo, o racismo é uma tendência que consiste em considerar que as características intelectuais e morais de um dado grupo são consequências diretas de suas características físicas ou biológicas.

Nesse sentido, podemos afirmar que o racismo nasce quando se empregam características biológicas como justificativa de tal ou tal comportamento. É justamente o estabelecimento da relação intrínseca entre características biológicas e qualidades morais, psicológicas, intelectuais e culturais que desemboca na hierarquização das chamadas raças em superiores e inferiores.

Internet: <geledes.org.br> (com adaptações).

Com base nas ideias do texto, julgue os itens a seguir.

- 1 De acordo com o texto, a falta de consenso na busca de soluções advém da conceituação equivocada de racismo.
 - 2 Depreende-se do texto que a conceituação de raça no sentido sociológico consiste em uma abordagem antiquada e já superada pela ciência moderna.
 - 3 De acordo com as ideias apresentadas no texto, a ideologia racista atrela, necessariamente, as características físicas de um indivíduo a suas características morais, psicológicas, intelectuais e culturais.
 - 4 Conclui-se do texto que a hierarquização de pessoas a partir de critérios biológicos é o que mantém e agrava a desigualdade social existente no mundo.
 - 5 O texto limita-se a apresentar fatos a respeito do o racismo, sem posicionar-se explicitamente com relação à temática abordada ou defender um ponto de vista.
-
- Com base na estrutura linguística e no vocabulário empregados no texto, julgue os itens seguintes.
- 6 O período “O conceito de racismo, criado no início do século XX, já foi objeto de diversas leituras e interpretações.” poderia ser reescrito, mantendo-se as ideias originais e a correção gramatical do texto, da seguinte forma: **O racismo, cujo conceito já foi objeto de diversas leituras e interpretações, foi criado no início do século XX.**
 - 7 O pronome “lhe”, em “Quando utilizamos esse conceito em nosso cotidiano, não lhe atribuímos os mesmos conteúdo e significado”, remete ao “conceito de racismo” mencionado no período inicial do texto e retomado por meio da expressão “esse conceito”, no segundo período do texto.
 - 8 O trecho iniciado por “daí”, em “Quando utilizamos esse conceito em nosso cotidiano, não lhe atribuímos os mesmos conteúdo e significado, daí nossa falta de consenso também na busca de soluções contra o racismo.”, pode ser considerado uma conclusão acerca das ideias apresentadas na primeira parte do período.
 - 9 “Por razões lógicas e ideológicas, o racismo é geralmente abordado com base na raça, dentro da extrema variedade das possíveis relações existentes entre as duas noções.”, a substituição da expressão “com base na” por **apartir da** manteria a coerência entre as ideias do texto, além de sua correção gramatical.
 - 10 A expressão “Com efeito” em “Com efeito, com base nas relações entre ‘raça’ e ‘racismo’, o racismo seria teoricamente uma ideologia essencialista que postula a divisão da humanidade em grandes grupos chamados raças”, exprime circunstância de intensidade no contexto em que se insere.

- 11 No trecho “que serviriam de suporte para as características psicológicas, morais, intelectuais e estéticas de cada grupo”, a substituição do trecho “serviriam de suporte para” por **justificariam** manteria a correção gramatical e a coerência das ideias do texto.
- 12 É facultativo o emprego de vírgula logo após a conjunção “e”, no trecho “que serviriam de suporte para as características psicológicas, morais, intelectuais e estéticas de cada grupo, e, quando comparadas às características de outras raças, se situariam em uma escala desigual de valores.”.
- 13 A palavra **inerente** pode ser considerada um sinônimo para a palavra “intrínseca” no trecho “racismo é uma crença na existência de raças naturalmente hierarquizadas pela relação intrínseca entre o físico e o moral, o físico e o intelecto, o físico e o cultural”.
- 14 A palavra “imaginário” , no período “O racista cria a raça no sentido sociológico, ou seja, a raça, no imaginário do racista, não remete exclusivamente a um grupo definido por seus traços físicos.”, foi empregada no texto com sentido denotativo.
- 15 No período “O racista cria a raça no sentido sociológico, ou seja, a raça, no imaginário do racista, não remete exclusivamente a um grupo definido por seus traços físicos.”, a substituição da expressão “a um grupo definido” por **à uma classe definida** manteria as ideias do texto, mas prejudicaria a correção gramatical.
- 16 No período “A raça, para um indivíduo racista, reúne pessoas em um grupo social com traços culturais, linguísticos, religiosos, etc. que ele considera naturalmente inferiores aos do grupo ao qual pertence.”, está implícita a palavra “traços” após a palavra “aos”.
- 17 A oração iniciada por “que consiste” , no período “Dito de outro modo, o racismo é uma tendência que consiste em considerar que as características intelectuais e morais de um dado grupo são consequências diretas de suas características físicas ou biológicas.”, completa sintaticamente o nome “tendência”, exercendo, portanto, o papel de complemento nominal.
- 18 No trecho “quando se empregam características biológicas como justificativa de tal ou tal comportamento”, é facultativo o emprego do pronome “se” após a forma verbal “empregam”, da seguinte forma: **empregam-se**.

Com base no Manual de Redação da Presidência da República, julgue os itens a seguir, acerca da redação oficial.

- 19 A clareza e a impessoalidade são características esperadas em um texto oficial.
- 20 Um dos documentos oficiais mais utilizados no serviço público é o chamado padrão ofício.

Em um time de futebol, os números das camisas dos 11 jogadores titulares dessa equipe são:

- goleiro: 1;
- zagueiros: 3 e 38;
- laterais: 6 e 43;
- meio-campistas: 10, 17 e 25; e
- atacantes: 77, 96 e 99.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

- 21 Se o número sorteado for par, a probabilidade de ele ser maior do que 50 é de 25%.
- 22 Escolhendo dois jogadores diferentes dentre os 10 jogadores de linha, podem ser formadas exatamente 90 duplas distintas para o aquecimento do goleiro.
- 23 A média aritmética dos números das camisas dos 11 jogadores titulares é superior a 38.
- 24 A mediana dos números das camisas dos 11 jogadores titulares é igual a 25.

As idades de Ana, Beatriz e Cecília formam, nessa ordem, uma progressão aritmética. Sabe-se que a soma das idades atuais de Ana e Cecília é igual a 38 e que, há cinco anos, a idade de Beatriz era o dobro da idade de Ana.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens seguintes.

- 25 A idade atual de Ana é 10 anos.
- 26 A soma das idades atuais das três é igual a 57 anos.
- 27 Há algum ano, no passado ou no futuro, em que essas idades formam uma progressão geométrica.

Admitindo-se que as proposições “A aranha subiu pela parede se, e somente se, o morcego é bilionário” e “Se o morcego é bilionário, então o coringa usa maquiagem” são falsas.

Com base nessas informações, julgue os itens a seguir.

- 28 A negação da proposição “A aranha subiu pela parede se, e somente se, o morcego é bilionário” é “Ou a aranha subiu pela parede, ou o morcego é bilionário”.
- 29 As proposições “Se o morcego é bilionário, então o coringa usa maquiagem” e “O morcego não é bilionário ou o coringa usa maquiagem” são logicamente equivalentes.
- 30 A proposição “O coringa usa maquiagem e a aranha subiu pela parede” é verdadeira.



RASCUNHO

Nos itens que avaliem conhecimentos de informática, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que: todos os programas mencionados estejam em configuração-padrão, em português; o *mouse* esteja configurado para pessoas destras; expressões como **clicar**, **clique simples** e **clique duplo** refiram-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*; e **teclar** corresponda à operação de pressionar uma tecla e, rapidamente, liberá-la, acionando-a apenas uma vez. Considere também que não haja restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

Acerca dos tipos de computadores, da ferramenta Google Meet e do sistema operacional Windows 10, julgue os itens a seguir.

- 31 Os supercomputadores são projetados para as tarefas que exigem altíssimo poder de processamento, como simulações climáticas, criptografia e modelagem científica.
- 32 Um *notebook* é um tipo de computador pessoal (PC) com portabilidade, geralmente com bateria integrada, teclado embutido e tela própria.
- 33 O Google Meet permite que apenas usuários com contas pagas do Google Workspace participem de reuniões virtuais.
- 34 Durante uma reunião no Google Meet, é possível compartilhar apenas a tela inteira do computador, e não janelas específicas ou guias do navegador.
- 35 O recurso Histórico de Área de Transferência do Windows 10 permite ao usuário acessar apenas o último item copiado com o atalho **Ctrl** + **V**.

Quanto ao uso de *webmails*, ao Google Drive e à computação em nuvem, julgue os itens seguintes.

- 36 Um *webmail* é um serviço de *e-mail* acessado diretamente por meio de um navegador *web*, sem a necessidade de instalação de programas como Outlook.
- 37 A lixeira do Gmail exclui automaticamente mensagens após sete dias e sete horas, independentemente da ação do usuário.
- 38 O Google Drive permite armazenar, compartilhar e colaborar arquivos em tempo real com outros usuários, desde que tenham conta Google.
- 39 A computação em nuvem elimina completamente a necessidade de computadores locais, pois todos os dados e todas as aplicações passam a ser acessados exclusivamente via Internet.
- 40 A computação em nuvem oferece diferentes modelos de serviço, como IaaS (Infraestrutura como Serviço), PaaS (Plataforma como Serviço) e SaaS (*Software* como Serviço).

**RASCUNHO**

CONHECIMENTOS COMPLEMENTARES

A respeito da Lei nº 8.429/1992, que trata a respeito das sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, julgue os itens a seguir.

- 41** O exercício da função pública está diretamente relacionado às atribuições legais do agente público. Por essa razão, o simples desempenho das suas atividades, ainda que resulte em prejuízo causado por ato culposos, pode, por si só, caracterizar ato de improbidade administrativa.
- 42** O agente público que praticar ato de improbidade administrativa atentatório aos princípios da Administração Pública poderá ser sancionado com multa civil de até 24 vezes o valor da sua remuneração e estará sujeito à proibição de contratar com o Poder Público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, de forma direta ou indireta, inclusive por meio de pessoa jurídica da qual detenha participação majoritária, pelo prazo máximo de 4 anos.
- 43** A omissão dolosa do agente público, decorrente de divergência interpretativa da norma legal, com base em jurisprudência não pacificada, pode caracterizar ato de improbidade administrativa caso resulte em prejuízo ao erário.
- 44** A pena de suspensão dos direitos políticos, aplicada em decorrência da prática de ato de improbidade administrativa que importe em enriquecimento ilícito, será de até 14 anos.
- 45** Ocorrendo lesão ao patrimônio público por ação ou omissão – dolosa ou culposa – do agente ou de terceiro, dar-se-á o integral ressarcimento do dano.

Com base na Lei nº 9.784/1999, que disciplina o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, julgue os itens seguintes.

- 46** A Lei que regula o processo administrativo tem por finalidade resguardar os interesses da Administração Pública, diante da sua supremacia em relação aos administrados, motivo pelo qual os atos de instrução que demandem a participação dos interessados devem ser realizados da forma menos onerosa para o ente público.
- 47** O administrado tem o direito de formular alegações e apresentar documentos antes da decisão, os quais serão objeto de consideração pelo órgão competente.
- 48** Na instrução do processo administrativo, as provas propostas pelos interessados, quando protelatórias, poderão ser recusadas mediante decisão fundamentada.
- 49** Concluída a instrução do processo administrativo, a Administração dispõe de prazo de até 60 dias para proferir decisão, salvo se houver prorrogação por igual período, devidamente motivada.

À luz do Decreto nº 7.724/2012, que regulamenta a Lei de Acesso à Informação (LAI), julgue os itens a seguir.

- 50** Com a finalidade de garantir a eficiência das atividades da Administração Pública, a classificação de informações sigilosas, em qualquer grau de sigilo, pode ser delegada ou subdelegada, mediante decisão fundamentada da autoridade máxima do órgão ou da entidade.
- 51** Qualquer pessoa pode formular pedido de acesso à informação. No entanto, solicitações genéricas não serão atendidas.

De acordo com as diretrizes da Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) –, julgue os itens seguintes.

- 52** O tratamento de dados pessoais, em quaisquer hipóteses, somente poderá ser realizado mediante consentimento expresso de seu titular, uma vez que a LGPD tem por finalidade proteger os interesses da pessoa natural.
- 53** Em caso de violação das normas legais, os agentes de tratamento de dados pessoais poderão ser advertidos pela autoridade competente, sendo-lhes fixado prazo para a adoção de medidas corretivas.
- 54** A competência da autoridade nacional restringe-se à fiscalização das operações de tratamento de dados pessoais realizadas por pessoas jurídicas de direito privado, uma vez que cabe a cada entidade pública o acompanhamento de suas próprias atividades.

Acerca da legislação anticorrupção, prevista na Lei nº 12.846/2013 e no Decreto nº 11.129/2022, julgue os itens a seguir.

- 55** A investigação preliminar a respeito da ocorrência de ato lesivo à Administração Pública Federal será conduzida diretamente por comissão composta de dois ou mais membros, designados entre servidores temporários ou efetivos, desde que investidos em função de confiança.
- 56** Após a investigação preliminar, a competência para a instauração e para o julgamento do processo administrativo de responsabilização é privativa do Ministério Público estadual do local onde ocorreu o ato lesivo.
- 57** A pessoa jurídica poderá acompanhar o processo administrativo de responsabilização por meio dos seus representantes legais ou procuradores, sendo-lhes assegurado amplo acesso aos autos. Contudo, é vedada a retirada de autos físicos da repartição pública, sendo autorizada a obtenção de cópias, preferencialmente em meio digital, mediante requerimento.
- 58** Compete à Controladoria-Geral da União celebrar acordos de leniência no âmbito do Poder Executivo Federal e nos casos de atos lesivos contra a administração pública estrangeira.

- 59** A celebração do acordo de leniência é um direito potestativo da pessoa jurídica, motivo pelo qual a Administração não pode impor condições para a sua celebração.
- 60** A desistência da proposta de acordo de leniência ou a sua rejeição não importará em reconhecimento da prática do ato lesivo.

À luz do Decreto nº 79.822/1977, que regulamenta a Lei nº 5.766/1971, responsável pela criação do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Psicologia, julgue os itens seguintes.

- 61** Compete ao Conselho Federal de Psicologia (CFP) exercer função normativa e baixar atos necessários à execução da legislação reguladora do exercício da profissão.
- 62** A assembleia dos delegados regionais será constituída por três delegados eleitores de cada Conselho Regional.
- 63** Compete à assembleia geral elaborar e alterar o regimento do CFP.
- 64** A assembleia geral do Conselho Regional reunir-se-á em primeira convocação com a maioria absoluta dos seus integrantes e nas convocações subsequentes, com qualquer número de integrantes.

À luz da Resolução CFP nº 16/2001, que aprova o Regimento Interno do Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região, julgue os itens a seguir.

- 65** A comissão de orientação e fiscalização (COF) possui o objetivo de coordenar e executar, na sua jurisdição, as atividades de orientação e de fiscalização do exercício profissional e assistir o plenário do CRP nos assuntos da sua competência.
- 66** A comissão gestora de cada subsede será nomeada por Portaria, aprovada em plenário, assinada pelo presidente do CRP-6, e composta de três a cinco membros, de acordo com o número de psicólogos da respectiva região.
- 67** A reunião plenária extraordinária só poderá ser instalada com a presença de todos os membros da diretoria, sob pena de nulidade da convocação.

Quanto à Resolução CFP nº 3/2007, que institui a Consolidação das Resoluções do Conselho Federal de Psicologia, julgue os itens seguintes.

- 68** Nas suas entrevistas e comunicações de trabalhos científicos, o psicólogo poderá utilizar-se dos meios de comunicação sociais sempre que o objetivo for informativo ou educativo.
- 69** A inscrição do profissional no Conselho Regional de Psicologia, realizada com certificado de colação de grau, terá caráter definitivo. Assim, ela será identificada em todos os documentos.
- 70** Os profissionais e as pessoas jurídicas que não efetuarem o pagamento ao Conselho, dos valores de sua responsabilidade, até o dia 1º de abril do ano subsequente ao vencido, serão considerados inadimplentes.



RASCUNHO

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Considerando o arranjo e a descrição arquivística, julgue os itens a seguir.

- 71** A Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE) deve ser aplicada à descrição de qualquer documento, independentemente do suporte ou do gênero.
- 72** A NOBRADE não pode ser aplicada à descrição de documentos em fases corrente e intermediária.
- 73** O processo de descrição consiste na elaboração de instrumentos de pesquisa que possibilitem a identificação, o rastreamento, a localização e a utilização dos dados.
- 74** São instrumentos de pesquisa: guia; inventário; catálogo; livro; e repertório.
- 75** A NOBRADE estabelece diretivas para a descrição no Brasil de documentos arquivísticos, compatíveis com as normas internacionais em vigor ISAD (G) e ISAAR (CPF).

No que diz respeito aos fundamentos teóricos da arquivologia, julgue os itens seguintes.

- 76** Os princípios de arranjo de arquivos dizem respeito, primeiro, à ordenação dos grupos de documentos, uns em relação aos outros e, em segundo lugar, ao ordenamento das peças individuais dentro dos grupos.
- 77** O ciclo de vida dos documentos compreende três idades: primeira, arquivos correntes; segunda, arquivo intermediário; e a terceira, arquivo permanente.
- 78** O princípio da proveniência é a base teórica, sendo, portanto, a lei que rege todas as intervenções arquivísticas.
- 79** Os arquivos, como instituição, tiveram origem na França, na Revolução de 1789.
- 80** Na identificação diplomática do documento, deve-se estabelecer ou reconhecer somente a autenticidade do documento.

Acerca do uso de tecnologias de informação em arquivos, normativos e diretrizes, julgue os itens a seguir.

- 81** Um repositório digital confiável deve ter como princípios responsabilidade pelo repositório, tratamento arquivístico, princípios de preservação digital, repositório dependentes entre si e interoperabilidade.
- 82** Fazem parte dos requisitos funcionais para um sistema informatizado de gestão arquivística de documentos: a organização dos documentos arquivísticos; a captura; a avaliação (aplicação da tabela de temporalidade e destinação de documentos); a pesquisa, localização e apresentação dos documentos; a elaboração de documentos; a tramitação e fluxo de trabalho; a segurança; e a preservação.
- 83** São objetivos do e-ARQ Brasil: orientar a implantação da gestão arquivística de documentos arquivísticos digitais e não digitais; e fornecer especificações técnicas e funcionais, além de metadados, para orientar a aquisição e/ou a especificação e o desenvolvimento de sistemas informatizados de gestão arquivística de documentos.

- 84** O esquema de metadados apresenta elementos relacionados somente a documento, classe, eventos de gestão do ciclo de vida, eventos de gestão do processo e eventos de gerenciamento da classe.
- 85** Para garantir a integridade dos documentos, o sistema de gestão arquivística deve implementar controles de acesso e segurança. Isso inclui diferenciar permissões por tipo de documento e perfil de usuário, além de manter trilhas de auditoria e rotinas de *backup*.

Quanto à preservação digital e à gestão de documentos digitais, julgue os itens seguintes.

- 86** OAIIS descreve as funções de um repositório digital e os metadados necessários para a preservação e o acesso dos materiais digitais gerenciados pelo repositório, que constituem um modelo funcional e um modelo de informação.
- 87** Políticas de preservação digital devem considerar aspectos como responsabilidade institucional, definição de critérios de seleção e procedimentos técnicos para a conservação dos documentos digitais.
- 88** A cadeia de preservação e a cadeia de custódia não apoiam a autenticidade dos documentos digitais.
- 89** A gestão de risco e segurança limita-se aos aspectos tecnológicos, desconsiderando as instalações físicas.
- 90** A adoção de estratégias para a preservação digital possibilita o acesso contínuo e garantirá a integridade dos documentos arquivísticos produzidos e mantidos em formatos digitais.

Em consonância com as políticas arquivísticas, com a Lei de Acesso à Informação (LAI) e com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), julgue os itens a seguir.

- 91** A Lei nº 8.159/1991 é um marco importante para a gestão arquivística, pois trata da política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências.
- 92** O acesso às informações públicas é assegurado pela LAI, mediante a criação de serviço de informações ao cidadão, nos órgãos e nas entidades do Poder Público, em local com condições apropriadas e realização de audiências ou consultas públicas e incentivo à participação popular ou a outras formas de divulgação.
- 93** A LGPD prevê que o tratamento de dados pessoais sensíveis poderá ocorrer sem fornecimento de consentimento do titular para a realização de estudos por órgão de pesquisa.
- 94** A Política Nacional de Arquivos é definida pelo Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), e compete ao Arquivo Nacional a implementação da política nacional de arquivos.
- 95** Política de gestão arquivística é uma cartilha por meio da qual são definidas as diretrizes e as responsabilidades que orientam a elaboração de programas, projetos, planos e procedimentos voltados para o arquivamento de documentos.

Quanto à gestão estratégica de documentos, julgue os itens a seguir.

- 96** A tabela de temporalidade de documentos (TTD) é o instrumento resultante do processo de avaliação documental que estabelece exclusivamente os prazos para a eliminação dos documentos, sem indicar aqueles de guarda permanente.
- 97** Todo programa de gestão de documentos deve ter por base os princípios da gestão administrativa: planejamento; organização; direção; e controle.
- 98** Os principais elementos que devem ser verificados em um diagnóstico arquivístico são: tipos de documentos produzidos e normas.
- 99** O sucesso da política de gestão de documentos independe do apoio da direção superior, para que se possa garantir a integridade dos documentos pelo prazo necessário.
- 100** O código de classificação e da tabela de temporalidade e destinação de documentos são instrumentos de gestão de documentos que objetivam apoiar as atividades de classificação, seleção e destinação de documentos.

Com base nas diretrizes para implementação de repositórios arquivísticos digitais confiáveis – RDC-Arq –, julgue os itens seguintes.

- 101** O principal objetivo de um RDC-Arq é garantir o armazenamento temporário de documentos digitais, focando exclusivamente no acesso imediato para fins administrativos.
- 102** Um sistema de gerenciamento de arquivos em nuvem, como o Google Drive ou o Dropbox, pode ser considerado um repositório arquivístico digital confiável (RDC-Arq) por padrão, sem a necessidade de adequações técnicas e procedimentais.
- 103** As diretrizes do RDC-Arq são aplicáveis apenas a documentos produzidos por órgãos do Poder Executivo Federal, não se estendendo a outras esferas de governo ou a entidades privadas.
- 104** A implementação de um RDC-Arq exige a existência de uma política de preservação digital formalmente documentada, que estabeleça as estratégias e as responsabilidades para garantir o acesso contínuo aos documentos.
- 105** O conceito de “cadeia de custódia” em um RDC-Arq é fundamental para assegurar a autenticidade dos documentos, registrando, de forma ininterrupta, todas as ações realizadas sobre eles desde a sua produção.

No que diz respeito ao e-ARQ Brasil modelo de requisitos para sistemas informatizados de gestão arquivística de documentos, julgue os itens seguintes.

- 106** O e-ARQ Brasil é um modelo que visa orientar a gestão de documentos arquivísticos no Brasil.
- 107** O e-ARQ Brasil é aplicável apenas às instituições governamentais.

- 108** A trilha de auditoria exigida pelo e-ARQ Brasil deve registrar todas as ações realizadas no sistema, incluindo cada visualização ou cada leitura de um documento.
- 109** Uma vez que um documento é capturado e classificado em um SIGAD, seu conteúdo e seus metadados principais não podem ser alterados para garantir a integridade.
- 110** O e-ARQ Brasil apresenta requisitos específicos para a gestão de arquivos digitais e físicos, considerando a interoperabilidade entre ambos.

Considerando o modelo OAIS (*Open Archival Information System*), julgue os itens a seguir.

- 111** O OAIS descreve os metadados necessários para a preservação e para o acesso aos materiais digitais gerenciados pelo repositório, que constituem um modelo funcional e um modelo de informação.
- 112** O gerenciamento dos documentos de um RDC-Arq deve estar de acordo com o modelo de referência OAIS, que estabelece a formação de pacotes de informação envolvendo os documentos digitais (informação de conteúdo) e seus metadados (informação de representação).
- 113** O modelo OAIS aborda questões fundamentais relativas à preservação de longo prazo de materiais digitais, independentemente da área de aplicação, a exemplo de arquivo, biblioteca e museu.
- 114** No âmbito do OAIS, a informação é conceituada como qualquer tipo de dado que pode ser intercambiado, e que sempre é representado por um metadado.
- 115** Um repositório que segue a norma OAIS é constituído por pessoas e por sistemas com a responsabilidade de preservar a informação e de torná-la disponível.

Acerca da assinatura digital e da certificação digital, julgue os itens seguintes.

- 116** O documento digital pode ser assinado somente por meio do uso de assinatura digital com base em chave pública.
- 117** É um requisito obrigatório que somente administradores autorizados sejam capazes de incluir, remover ou atualizar, no SIGAD, os certificados digitais de computadores ou de usuários.
- 118** É opcional que um SIGAD seja capaz de verificar a validade da assinatura digital no momento da captura do documento.
- 119** O uso de assinaturas digitais e de certificação digital na Administração Pública foi padronizado e normalizado com a criação da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).
- 120** A autenticação é uma declaração de autenticidade por meio da adição de elementos ou de afirmações. No caso dos documentos digitais, esses elementos ou essas afirmações podem ser, por exemplo: assinatura digital com base em chave pública; selo digital de tempo; e marca d'água digital.

PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, o espaço para rascunho indicado no presente caderno de prova. Em seguida, transcreva o texto para a respectiva **folha de respostas** da prova discursiva, no local apropriado, pois não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos.
- O texto da prova discursiva deverá ter extensão mínima de **20 linhas** e extensão máxima de **30 linhas**. Qualquer fragmento de texto que ultrapassar a extensão máxima de linhas será desconsiderado. Também será desconsiderado o texto que não for escrito na **folha de respostas**.
- O texto da prova discursiva deverá ter início na linha identificada com o número 1 na **folha de respostas**.
- O texto deverá ser manuscrito, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta **preta** ou **azul**. Em caso de rasura, passe um traço sobre o conteúdo a ser desconsiderado e prossiga o registro na sequência. Não será permitido o uso de corretivo.
- A **folha de respostas** da prova discursiva não poderá ser assinada, rubricada nem conter nenhuma palavra ou marca que identifique o candidato, sob pena de anulação da prova. Será admitida a assinatura apenas no campo apropriado.
- A **folha de respostas** será o único documento válido para avaliação da prova discursiva. A folha para rascunho neste caderno de prova é de preenchimento facultativo e não servirá para avaliação.

Em um mundo cada vez mais digitalizado, os sistemas informatizados de gestão arquivística emergem como ferramentas essenciais para a modernização e eficiência na administração de documentos. Essas tecnologias não apenas facilitam o armazenamento e a recuperação de informações, mas também promovem a transparência e o acesso à informação, princípios fundamentais consagrados pela Lei de Acesso à Informação (LAI).

A LAI, ao garantir que todo cidadão tenha o direito de acessar dados públicos, tem o potencial de fortalecer a cidadania e a fiscalização dos atos governamentais. No entanto, com essa abertura vem a responsabilidade de proteger os dados pessoais, um aspecto crucial abordado pela Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). A LGPD estabelece diretrizes rigorosas sobre como os dados devem ser coletados, armazenados e utilizados, assegurando que a privacidade dos indivíduos seja respeitada.

Assim, a integração entre os sistemas informatizados de gestão arquivística e as legislações, como a LAI e a LGPD, representa um avanço significativo na forma como os arquivos são geridos. Essa sinergia não só facilita a acessibilidade das informações públicas, mas também resguarda os dados pessoais, criando um ambiente mais seguro e confiável para a população. É fundamental que profissionais da arquivologia estejam cientes dessas legislações e saibam como implementá-las em suas práticas diárias, promovendo um serviço público mais eficiente, transparente e respeitador dos direitos individuais.

Considerando que o texto acima tenha caráter exclusivamente motivador, redija um texto dissertativo acerca do tema a seguir.

Transparência e privacidade: a gestão arquivística na era digital

Ao elaborar seu texto, aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

- a) Sistemas informatizados de gestão arquivística;
- b) Lei de Acesso à Informação (LAI); e
- c) Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).